

**PROPOSTA – Versão 17-09-2008**  
**RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXX DE 2008**  
*(Publicada no D.O.U em XX/ XX /2008)*

Aprova o Regimento Interno do Conselho  
Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, resolve:

**Art. 1º** Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, na forma do anexo a esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Fica revogado o Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, alterada pelas Portarias nºs 22, de 04 de maio de 2004; 27, de 25 de janeiro de 2005; e 32, de 18 de julho de 2005.

**CARLOS MINC BAUMFELD**

**Presidente**

**VICENTE ANDREU GUILLO**

**Secretário Executivo**

**AUTORES DAS SUGESTÕES**

ONG PLANETA VERDE: encaminhada por Cláudio Bedran

ONGs COPODEMFE: encaminhada por João Clímaco

SRHU/MMA: encaminhada por Márley Caetano de Mendonça

**O TEXTO DO DECRETO 4.613/03 QUE REGULAMENTA O CNRH  
ESTÁ SINALIZADO EM VERDE**

**ANEXO**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CNRH**

**CAPITULO I  
DA CATEGORIA E FINALIDADE**

**Art. 1º** O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com as alterações da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo, organiza-se da forma especificada neste Regimento e tem por competência:

I- formular a Política Nacional de Recursos Hídricos; (COPIAR REDAÇÃO DO DECRETO)

II- promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários;

III- arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

IV- deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

V- deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;

VI- analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;

VII- estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VIII- aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

IX- aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos;

X- acompanhar a execução do Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

XI- estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso;

XII- deliberar sobre os recursos administrativos que lhe forem interpostos por comitês de bacias hidrográficas;

XIII- manifestar-se sobre os pedidos de ampliação dos prazos para as outorgas de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, estabelecidos nos incisos I e II do art. 5º e seu § 2º da Lei nº 9.984, de 2000;

XIV- definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União sugeridos pelos comitês de bacia hidrográfica, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000;

XV- manifestar-se sobre propostas encaminhadas pela Agência Nacional de Águas-ANA, relativas ao estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, para a conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos;

XVI- definir, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, as prioridades de aplicação dos recursos a que se refere o *caput* do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997;

XVII- aprovar o enquadramento dos corpos de água em classes, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e de acordo com a classificação estabelecida na legislação ambiental;

XVIII- autorizar a criação das Agências de Água;

XIX- delegar a organizações sem fins lucrativos relacionadas no art. 47 da Lei nº 9.433, de 1997, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, enquanto esses organismos não estiverem constituídos;

XX- deliberar sobre as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos de domínio da União;

Parágrafo único. Para os efeitos deste Regimento, a sigla CNRH e a palavra Conselho equivalem à denominação Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

### SEÇÃO I DA ESTRUTURA

**Art. 2º** O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem a seguinte estrutura:

I- Plenário; e

II- Câmaras Técnicas.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será gerido por:

a) um **Presidente**, que será o **Ministro** titular do **Ministério do Meio Ambiente**;

b) um **Secretário Executivo**, que será o **Secretário titular da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano** do **Ministério do Meio Ambiente**.

**Art. 3º** Caberá à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, sem prejuízo das demais competências que lhe são conferidas, prover os serviços de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

### SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO

**Art. 4º** Integram o Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

I- o Ministro de Estado do Meio Ambiente;

II- o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente;

III- um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

a) da Fazenda;

b) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

c) das Relações Exteriores;

d) dos Transportes;

e) da Educação;

f) da Justiça;

g) da Saúde;

h) da Cultura;

i) do Desenvolvimento Agrário;

j) do Turismo; ~~e~~

l) das Cidades; ~~e~~

~~m) da pesca e aquicultura (FICAR ATENTO AO NOME FINAL QUE SERÁ DADO APÓS APROVAÇÃO DA MP 437/08)~~

IV- dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

a) da Integração Nacional;

b) da Defesa;

c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

d) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

e) da Ciência e Tecnologia;

V- três representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

a) do Meio Ambiente; e

b) de Minas e Energia;

VI- um representante ~~de cada uma das seguintes da~~ Secretarias Especialis de Políticas para ~~as Mulheres~~ da Presidência da República: ~~(VER NOME CORRETO)~~

~~a) de Aquicultura e Pesca;~~

~~b) de Políticas para as Mulheres;~~

VII- dez representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

VIII- doze representantes de usuários de recursos hídricos; e

IX- seis representantes de organizações civis de recursos hídricos.

§ 1º Para cada representação haverá indicação de um conselheiro titular e de um primeiro conselheiro suplente, podendo haver indicação de um segundo conselheiro suplente.

§ 2º Os conselheiros dos órgãos enumerados nos incisos III, IV, V e VI do *caput* deste artigo serão indicados formalmente pelos titulares dos respectivos órgãos.

§ 3º Os conselheiros dos órgãos e entidades referidos nos incisos VII, VIII e IX do *caput* deste artigo serão indicados de acordo com os critérios definidos por resolução do CNRH e terão mandato de três anos.

§ 4º Os conselheiros, titulares e suplentes, dos órgãos referidos no inciso VII do caput deste artigo serão indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, devendo os suplentes, obrigatoriamente, ser em de outro Estado.

§ 5º Os conselheiros, titulares e suplentes, das entidades relacionadas no inciso VIII do *caput* deste artigo serão indicados, respectivamente:

I- dois, pelos irrigantes;

II- dois, pelas instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

III- dois, pelas concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica;

IV- dois, pelo setor hidroviário, sendo um indicado pelo setor portuário;

V- três, pela indústria, sendo um indicado pelo setor minerometalúrgico; e

VI- um, pelos pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo.

§ 6º Os conselheiros, titulares e suplentes, das entidades referidas no inciso IX do *caput* deste artigo serão indicados, respectivamente:

I- dois, pelos comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo um indicado pelos comitês de bacia hidrográfica e outro pelos consórcios e associações intermunicipais;

II- dois, por organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal, sendo um indicado pelas organizações técnicas e outro pelas entidades de ensino e de pesquisa; e

III- dois, por organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal.

§ 7º A escolha dos representantes, titulares e suplentes, dos conselhos estaduais de recursos hídricos, dos segmentos de usuários e organizações civis, de que tratam os incisos VII, VIII e IX, deste artigo, realizar-se-á nos últimos seis meses do mandato em curso, cabendo a coordenação da assembléia, no caso dos dois últimos, aos respectivos representantes em exercício.

§ 78º Os conselheiros serão designados e empossados pelo Presidente do CNRH mediante Portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente que será publicada no Diário Oficial da União.

§ 89º É vedado a qualquer conselheiro exercer mais de uma representação.

A análise na 103º CTIL foi até aqui

### SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO

**Art. 5º** O Conselho Conselho Nacional de Recursos Hídricos reunir-se-á em sessão pública, com a presença da maioria absoluta de seus membros, e deliberará por maioria simples.

~~§ 1º O Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Secretário Executivo do Conselho e, na ausência deste, pelo Conselheiro mais antigo, no âmbito do colegiado, dentre os conselheiros dos órgãos de que tratam os incisos III, IV, V e VI do *caput* do art. 4º.~~

§ 2º O processo deliberativo da sessão deverá ser suspenso se, a qualquer tempo, não se verificar a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 3º Cada Conselheiro titular terá direito a um voto.

§ 2º O Presidente do Conselho será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Secretário Executivo do Conselho e, na ausência deste, pelo Conselheiro mais antigo, no âmbito do colegiado, dentre os conselheiros dos órgãos de que tratam os incisos III, IV, V e VI do *caput* do art. 4º.

§ 4º O Presidente e o Secretario Executivo do CNRH ~~s Conselheiros referidos nos incisos I e II do caput do art. 4º deste Regimento~~ não terão direito a voto, à exceção da hipótese referida no § 5º deste artigo.

§ 5º Em caso de empate nas decisões, o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos exercerá o direito do voto de qualidade.

§ 6º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, o Conselheiro que estiver exercendo a Presidência terá direito ao seu voto, além do voto de qualidade em caso de empate.

§ 7º O exercício do voto é privativo dos Conselheiros titulares ou suplentes.

§ 7º A substituição do Conselheiro titular, em Plenário, somente poderá ser feita pelopor um de seus respectivo suplentes designado pelo Presidente do CNRH, pela ordem de designação.;

~~§ 8º O Conselheiro suplente terá direito a voto na ausência do respectivo titular e terá direito a voz, mesmo quando presente o titular.~~

~~§ 9º O exercício do voto é privativo dos Conselheiros titulares ou suplentes designados pelo Presidente do CNRH, não sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que qualificados.~~

§ 9º O direito ~~da~~ voz ~~é garantido e concedido somente~~ ao Presidente do CNRH, ao Secretário Executivo do CNRH e aos Conselheiros titulares e suplentes ~~titulares e suplentes designados pelo Presidente do CNRH, que poderão concedê-lo não sendo permitido seu exercício pelaos demais participantes presentes àda sessão, a não ser que algum Conselheiro lhe conceda a palavra.~~

**Art. 6º** O Conselho Nacional de Recursos Hídricos reunir-se-á em caráter ordinário ~~em a cada seis meses~~ semestralmente, no Distrito Federal e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º A convocação para a reunião ordinária será feita com trinta dias de antecedência e para a reunião extraordinária, com quinze dias de antecedência.

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas fora do Distrito Federal, sempre que razões superiores assim o exigirem, por decisão do Presidente do Conselho, no interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos.

**Art. 7º** A convocação para ~~das~~ reuniões ordinárias e extraordinárias será feita mediante correspondência destinada a cada Conselheiro e estabelecerá dia, local e hora da reunião, acompanhada dos documentos a serem submetidos a deliberação, que deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, com a mesma antecedência que a correspondência da convocação.

§ 1º A Secretaria Executiva do CNRH disponibilizará os documentos; constantes do expediente de convocação; no sítio ~~ite~~ eletrônico do CNRH.

§ 2º Do expediente de convocação deverá constar, obrigatoriamente:

- a) ofício de convocação estabelecendo dia, local e hora da reunião;
- b) pauta da reunião preparada pela Secretaria Executiva do CNRH;
- c) minuta da ata da reunião anterior;
- d) propostas de deliberações a serem analisadas.

A análise na 104º CTIL foi até aqui

**Art. 8º** As reuniões plenárias observarão a seguinte Ordem do Dia, sucessivamente:

I- abertura de sessão;

II- apresentação de novos conselheiros;

III- votação da ata da reunião anterior;

IV- apreciação de requerimentos de urgência e deliberação sobre seu teor, se aprovada sua apreciação pelo Plenário;

V – análise de admissibilidade das propostas apresentadas na forma do artigo 10 deste Regimento;

VI- análise de deliberações cujo requerimento de urgência não tenha sido aprovado na reunião anterior, nos termos do § 4º do art. 12 deste Regimento;

VII- análise de matéria objeto de anterior pedido de vista nos termos do § 1º do art. 13, deste Regimento, e do respectivo parecer;

VIII- análise de matéria objeto de retirada de pauta em reunião anterior, nos termos do art. 14 deste Regimento, ~~e da respectiva justificativa~~;

~~VIII, IX~~ - análise de deliberações aprovadas cuja publicação tenha sido adiada por decisão do Presidente nos termos do Parágrafo § 1º único do art. 15, desse Regimento;

IX- análise de demais propostas de resolução;

X- análise de demais propostas de moção;

XI- apresentações de temas relevantes à gestão de recursos hídricos, de caráter não deliberativo;

XII- assuntos gerais; e

XIII- encerramento.

§ 1º Nas reuniões, as matérias de natureza deliberativa terão precedência sobre as matérias de outra natureza, ressalvada decisão do Plenário em contrário.

§ 2º Para as apresentações referidas no inciso XI deste artigo, será concedido o tempo máximo de vinte minutos.

§ 3º A inversão de pauta dependerá de aprovação de dois terços dos conselheiros presentes.

**Art. 9º** O Conselho manifestar-se-á por meio de:

I- resolução: quando se tratar de deliberação vinculada à sua competência específica e de instituição ou extinção de câmaras especializadas, comissões e grupo de trabalho;

II- moção: quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e do SINGREH.

~~III- comunicação oficial: quando se tratar de orientações a serem proferidas em expedientes, requerimentos e processos sujeitos a esfera de competência do CNRH;~~

III- comunicação: quando se tratar de ato de expediente de competência do CNRH.

§ 1º Os atos enumerados nos incisos I e II deste artigo serão datados e numerados em ordem distinta e publicados no Diário Oficial da União.

§ 2º O ato previsto no inciso III deste artigo não depende de deliberação do Conselho e será utilizado pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do CNRH com a finalidade de encaminhar assuntos diversos de cunho administrativo de interesse do CNRH.

**Art. 10.** As propostas de deliberação poderão ser apresentadas por qualquer conselheiro, acompanhadas de minuta de deliberação e de justificativa fundamentada, à Secretaria Executiva.

§ 1º Após a apresentação da proposta de deliberação, a Secretaria Executiva abrirá processo, com numeração específica, destinado a registrar e arquivar toda a sua tramitação no CNRH.

§ 2º Após o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a Secretaria Executiva submeterá a admissão da análise da proposta a aprovação do Plenário do CNRH, na primeira

reunião subsequente ainda não convocada.

§ 3º Se aprovada a admissão da análise da proposta pelo Plenário do Conselho, a Secretaria Executiva a encaminhará à Câmara Técnica competente para análise e emissão de parecer técnico conclusivo.

§ 4º A proposta de deliberação, acompanhada do respectivo parecer, será então submetida à apreciação da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, que verificará a sua compatibilização à legislação pertinente, bem como analisará seus aspectos institucionais, após o que a matéria será submetida a apreciação do Plenário.

§ 5º As propostas de deliberação que implicarem despesas deverão indicar a fonte da respectiva receita.

§ 6º Não serão submetidos à deliberação do Plenário as propostas que forem apresentadas e tramitarem no CNRH em desacordo com o disposto neste artigo.

**Art. 11.** A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer à seguinte sequência:

I- o Presidente do CNRH informará o item incluído na Ordem do Dia e dará a palavra ao relator da matéria;

II- o relator da matéria apresentará o parecer conclusivo da Câmara Técnica competente, em cinco minutos;

III- qualquer conselheiro, após a apresentação a que se refere o inciso II deste artigo, poderá manifestar-se, de forma escrita ou oral por três minutos, a respeito da matéria colocada em discussão;

~~IV- antes de iniciar o processo de votação, o Plenário poderá decidir pelo retorno da matéria para nova análise de câmara técnica competente;~~

~~V.~~ IV- encerrada a discussão, o Plenário deliberará sobre a matéria.

§ 1º Durante o processo de discussão, ~~cada~~ o conselheiro poderá ~~conceder delegar, a seu critério,~~ o uso da palavra para manifestação em Plenário. ~~um especialista participar do processo de discussão da matéria.~~

§ 2º o Plenário poderá decidir pelo retorno da matéria para nova análise pela câmara técnica competente, antes de iniciar o processo de votação do mérito.

~~§ 2º-3º~~ Durante o processo de votação, não será concedida a palavra para novos pronunciamentos, nem será concedido pedido de vista.

**Art. 12.** O Plenário poderá apreciar matéria deliberativa não constante de pauta, mediante justificativa por escrito e requerimento de regime de urgência.

§ 1º O requerimento de urgência, acompanhado da respectiva proposta de deliberação, deverá ser subscrito por um mínimo de dez Conselheiros e encaminhado à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com no mínimo cinco dias úteis de antecedência, a qual, no prazo de três dias úteis providenciará a distribuição aos Conselheiros.

§ 2º Excepcionalmente, o Plenário poderá dispensar o prazo estabelecido no § 1º deste artigo desde que o requerimento de urgência seja subscrito por, no mínimo, quinze Conselheiros e tenha sido apresentado à Secretaria Executiva do CNRH, acompanhado da proposta de deliberação, antes da abertura do início, da reunião respectiva.

§ 3º O requerimento de urgência poderá ser acolhido a critério do Plenário, por maioria simples.

§ 4º A matéria deliberativa cujo requerimento de urgência não tenha sido aprovado terá sua admissibilidade analisada pelo Plenário do CNRH e, se aprovada, será encaminhada à Câmara Técnica pertinente, ~~e inserida na pauta da reunião plenária subsequente, seja ordinária ou extraordinária, observados os prazos regimentais e o disposto nos §§ 1º ao 6º do art. 10 deste Regimento.~~



~~Art. 13. É facultado a qualquer Conselheiro, com direito a voto, requerer vista, devidamente justificada.~~

Art. 13. O Conselheiro com direito a voto poderá requerer vista do processo, devidamente justificada, que será concedida se apoiada por, no mínimo, três Conselheiros.

§ 1º A matéria objeto de pedido de vista deverá constar da pauta da reunião plenária subsequente, ordinária ou extraordinária, quando deverá ser exposto o parecer do Conselheiro que requereu vista.

§ 2º O parecer relativo à matéria objeto de pedido de vista deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva no prazo estabelecido pelo Presidente, não superior a trinta dias.

§ 3º O parecer deverá conter, no mínimo, justificativa das razões motivadoras do pedido de vista e sugestão de encaminhamento da matéria.

§ 4º Quando mais de um Conselheiro pedir vista, o prazo para apresentação dos pareceres correrá simultaneamente.

§ 5º É intempestivo o pedido de vista após o início da votação da matéria.

§ 6º As matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.

§ 7º A matéria somente poderá ser objeto de pedido de vista uma única vez.

§ 8º O Conselheiro que requerer vista e não apresentar o respectivo parecer no prazo estipulado receberá advertência por escrito do Presidente (proposta rejeitada: inclusão de: e estará impedido de votar a matéria em Plenário).

§ 9º A matéria objeto de pedido de vista constará da pauta da reunião subsequente, independentemente da apresentação do respectivo parecer no prazo estipulado.

**Art. 14.** Qualquer matéria poderá ser retirada de pauta mediante justificativa de seu proponente ou do Presidente da Câmara Técnica que a analisou.

§ 1º É intempestiva a retirada de pauta após o início da votação da matéria.

§ 2º O proponente deverá informar ao Plenário as razões motivadoras da retirada de pauta da matéria, bem como os encaminhamentos subsequentes.

**Art. 15.** As resoluções e moções aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo, serão publicadas no Diário Oficial da União no prazo máximo de quarenta dias e disponibilizadas no sítio eletrônico site do CNRH.

§ 1º O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados, pela Secretaria Executiva ou pela Consultoria Jurídica do MMA, equívocos, infração a normas jurídicas ou impropriedade em sua redação, devendo a matéria ser obrigatoriamente incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emenda ou supressão devidamente justificada.

§ 2º As matérias não aprovadas pelo Plenário terão seu processo arquivado pela Secretaria Executiva.

**Art. 16.** O Presidente poderá, em casos de justificada urgência, decidir *ad referendum* do Plenário sobre matéria previamente apreciada em Câmara Técnica, devendo a mesma ser apreciada pelo Plenário na primeira reunião subsequente. do Conselho.

**Art. 17.** O áudio das reuniões ~~serão-será~~ gravadoas e as atas deverão ser redigidas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas pelo Plenário e, depois de aprovadas pelo Conselho, ser assinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo.

Parágrafo, único, §1º. O áudio das As gravações das reuniões ~~serão-será~~ mantidoas pela

Secretaria Executiva até a aprovação da respectiva ata.

§ 2º - As reuniões do Plenário, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CNRH poderão ser gravadas por qualquer interessado, atendida a legislação pertinente ao direito de uso de imagem.

**Art. 18.** Poderão ser convidadas, pelo Presidente do CNRH, para participarem de reuniões específicas, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições diretamente interessadas e relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo Plenário.

A análise na 108º CTIL foi até aqui

**Art. 19.** A participação dos membros no Conselho não enseja qualquer tipo de remuneração e será considerada de relevante interesse público.

§ 1º Para fins de comprovação curricular, mediante solicitação do Conselheiro interessado, a Secretaria Executiva poderá expedir atestado de participação no Conselho, que deverá conter o período respectivo.

§ 2º O atestado a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser expedido também para participações nas Câmaras Técnicas, a requerimento do Conselheiro ou de seu representante.

**Art. 20.** Eventuais despesas com passagens e diárias serão custeadas pelos respectivos órgãos e entidades representadas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 1º Os representantes das organizações civis de recursos hídricos constantes dos incisos II e III do § 86º do art. 4º deste Regimento poderão ter suas despesas de deslocamento e estadas pagas à conta de recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente, mediante solicitação do representante à Secretaria Executiva do CNRH.

§ 2º O custeio das despesas previstas no § 1º deste artigo se refere à participação nas reuniões do Plenário do CNRH, de suas Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho e sujeitará o beneficiário ao cumprimento das disposições legais e regulamentares relativas a viagens no âmbito da Administração Pública Federal.

§ 3º Para as reuniões plenárias, aplica-se o disposto no § 1º deste artigo aos Conselheiros Titulares e, em sua ausência, aos respectivos suplentes.

§ 4º Para as reuniões de Câmaras Técnicas e de Grupos de Trabalho, aplica-se o disposto no § 1º aos Conselheiros titulares e, em sua ausência, aos respectivos suplentes ou aos representantes indicados formalmente.

§ 5º Incumbe ao beneficiado das despesas de deslocamento e estadas pagas à conta de recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente prestar contas em conformidade com a Instrução de Serviço de Passagens e Diárias do Ministério do Meio Ambiente e demais disposições legais e regulamentares.

**Art. 21.** A ausência do Conselheiro Titular e de seu respectivo suplente, por duas reuniões plenárias consecutivas ou três alternadas no decorrer de um mandato, acarretará em emissão de comunicação oficial, pelo Presidente ou Secretário Executivo do CNRH ao Conselheiro Titular, ao Conselheiro Suplente e à instituição representada alertando-os da sanção prevista no § 1º deste artigo.

§ 1º A ausência do Conselheiro Titular e de seu respectivo suplente a três reuniões plenárias consecutivas ou a quatro alternadas, no decorrer de um mandato, implicará automaticamente na perda do direito de voto da instituição representada pelo período de seis meses.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no § 1º deste artigo, o Presidente ou Secretário Executivo do CNRH emitirá comunicação oficial ao Conselheiro Titular e à instituição

representada.

§ 3º O comunicado previsto no *caput* e no § 2º deste artigo deverá ser informado ao Plenário na primeira reunião subsequente.

§ 4º No caso de existência de instituição com direito de voto suspenso na forma do § 1º deste artigo, ou de vagas para as quais ainda não tenham sido designados conselheiros, o quórum será contado a partir do número total de conselheiros, subtraindo-se o número de conselheiros ausentes ou ainda não designados, o que será informado ao Plenário na abertura da sessão.

#### **SEÇÃO IV DAS CÂMARAS TÉCNICAS**

**Art. 22.** O CNRH, mediante proposta fundamentada do Presidente ou de, no mínimo, quinze Conselheiros, poderá constituir, mediante resolução, Câmaras Técnicas em caráter permanente ou temporário, encarregadas de examinar e relatar ao Plenário assuntos de sua competência.

Parágrafo único. A proposta de criação de Câmaras Técnicas será analisada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL, que apresentará ao Plenário parecer contendo a pertinência de sua criação e, se for o caso, suas atribuições e composição.

**Art. 23.** As Câmaras Técnicas, no número máximo de dez, serão constituídas de sete a dezessete integrantes que compõem o Plenário do CNRH.

§ 1º Caso o número de interessados em participar da composição da Câmara Técnica seja superior ao número previsto no *caput* deste artigo, a CTIL submeterá ao Plenário proposta de sua composição e a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições.

#### **EMENDA ADITIVA – ONGs COPODEMFE**

Parágrafo segundo – São membros convidados permanentes, com direito a voz, representante do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Poder Legislativo e Agências de Águas ou suas entidades delegatárias, para manifestar, quando assim optarem, sobre assuntos que estejam sendo objetos de análise do plenário da CT.

§ 2º A representação nas Câmaras Técnicas será feita pelos respectivos conselheiros titulares ou suplentes, ou por representantes indicados formalmente pelo Conselheiro Titular à Secretaria Executiva, após articulação entre os respectivos conselheiros titulares.

§ 3º A indicação dos representantes dos setores com mais de um conselheiro titular, para as Câmaras Técnicas, deverá ser realizada conjuntamente pelos mesmos.

§ 4º A composição das Câmaras Técnicas será revista a cada dois anos, admitida a recondução.

**Art. 24.** A extinção de Câmara Técnica deverá ser aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mediante proposta fundamentada do Presidente do Conselho ou de, no mínimo, quinze de seus Conselheiros, e se efetivará por resolução.

Parágrafo único. A proposta de extinção de Câmara Técnica será analisada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais-CTIL, que apresentará ao Plenário seu respectivo parecer.

**Art. 25.** Na composição das Câmaras Técnicas deverá ser considerada:

I- a participação dos segmentos listados nos incisos do art. 34, da Lei nº 9.433, de 1997, observada a proporcionalidade de composição do Plenário;

II- a natureza técnica do assunto de sua competência;

III- a finalidade das instituições ou setores representados;

IV- a formação técnica ou notória atuação dos representantes na área de recursos hídricos.

V- a pertinência da representação com as competências da Câmara Técnica;

VI- a frequência em mandatos anteriores;

VII- a participação no conjunto de todas as câmaras técnicas visando proporcionar maior oportunidade de participação.

**Art. 26.** Compete às Câmaras Técnicas, observadas suas respectivas atribuições definidas na resolução de sua criação:

I- analisar, encaminhar e relatar ao Plenário, por meio da Secretaria Executiva, propostas de deliberações, acompanhadas de parecer técnico conclusivo, observada a legislação pertinente;

II- manifestar-se sobre consulta que lhe for encaminhada pela Secretaria Executiva;

III- solicitar aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da Secretaria Executiva do Conselho, manifestação sobre assunto de sua competência;

IV- convidar especialistas ou solicitar à Secretaria Executiva do Conselho sua contratação para assessorá-las em assuntos de sua competência;

#### **EMENDA ADITIVA – ONGs COPODEMFE**

VI- convidar especialistas ou solicitar à Secretaria Executiva do Conselho sua contratação para assessorá-las em assuntos de sua competência, observando a legislação competente ;

V- criar Grupos de Trabalho para tratar de assuntos específicos;

VI- propor à Secretaria Executiva a realização de reuniões conjuntas com outras Câmaras Técnicas do Conselho e com Câmara Técnica de outros colegiados;

§ 1º Na hipótese de realização de reunião conjunta de Câmaras Técnicas do CNRH, prevista no inciso VI deste artigo, os encaminhamentos serão definidos por consenso ou pelo voto da maioria simples do total de representantes das Câmaras Técnicas presentes à reunião.

§ 2º As reuniões conjuntas de Câmara Técnica do CNRH com câmara técnica de outros colegiados, previstas no inciso VI deste artigo, destinam-se a promover a discussão integrada de matérias de interesse de ambos os colegiados.

#### **EMENDA ADITIVA – ONGs COPODEMFE**

IX – Manifestar e encaminhar a parte solicitante, nota técnica ou justificativa sobre o andamento dos recursos administrativos ou propostas sobre assuntos de sua competência que estiverem em discussão, no intervalo de seis meses a partir da solicitação.

X - Acatar e encaminhar à apreciação de seus membros, assuntos relacionados a gestão dos recursos hídricos que lhe forem encaminhados pelos mesmos e pela Secretaria geral.

**Art. 27.** As Câmaras Técnicas serão presididas por um de seus membros, eleito na primeira reunião de cada mandato, por maioria simples dos votos dos seus integrantes.

#### **EMENDA SUBSTITUTIVA – ONGs COPODEMFE**

Art.27. As Câmaras Técnicas serão coordenadas por um de seus membros, eleito na sua primeira reunião, por maioria simples dos votos dos seus integrantes.

§ 1º O Presidente da Câmara Técnica terá mandato de um ano, permitida a reeleição.

#### **EMENDA SUBSTITUTIVA – ONGs COPODEMFE**

§ 1º O coordenador da Câmara Técnica terá mandato de um ano, permitida reeleição.

§ 2º Em caso de vacância, será realizada nova eleição, para complemento do mandato em curso, de conformidade com o disposto no *caput* deste artigo.

§ 3º Nos seus impedimentos, o Presidente da Câmara Técnica indicará, entre os membros da Câmara, seu substituto.

§ 4º Caberá ao Presidente da Câmara Técnica, quando da abertura da reunião, estabelecer os procedimentos para manifestação dos presentes.

**Art. 28.** As Câmaras Técnicas reunir-se-ão em sessões públicas, que deverão ser realizadas com, pelo menos, a metade de seus membros no horário previsto para o início da reunião, ou 40% de seus membros, passados quinze minutos daquele horário sem a obtenção do quórum inicialmente exigido.

§ 1º As reuniões serão convocadas com, no mínimo, quinze dias de antecedência por suas respectivas presidências, através da Secretaria Executiva, por decisão do Presidente ou a pedido de um terço de seus membros.

§ 2º As reuniões das Câmaras Técnicas serão convocadas por correspondência eletrônica e os documentos do expediente de convocação serão disponibilizados pela Secretaria Executiva no *site* do CNRH.

§ 3º A definição da data e local das reuniões deve ser realizada pelo Presidente da Câmara Técnica em acordo com a Secretaria Executiva para verificação da compatibilidade da agenda de reuniões das câmaras técnicas, evitando-se reuniões simultâneas, bem como para verificação da viabilidade do custeio previsto nos §§ 1º e 2º do art. 20 deste Regimento, na hipótese de realização da reunião fora de Brasília-DF.

§ 4º A realização de reunião fora de Brasília-DF, coincidentemente com evento de interesse à gestão de recursos hídricos, é condicionada à inclusão da reunião na programação oficial do evento.

§ 5º A pauta e a respectiva documentação das reuniões deverão ser encaminhadas no prazo mínimo de dez dias anteriores à sua realização.

§ 6º Das reuniões de Câmaras Técnicas serão redigidas atas sumárias de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas, as quais deverão ser aprovadas pelos seus membros na reunião subsequente e assinadas pelo seu Presidente e o Relator da reunião.

#### **EMENDA ADITIVA – SRHU/MMA**

Art. 2º As propostas de alteração de ata deverão ser apresentadas à Secretaria Executiva do CNRH, por escrito, no prazo de até dois dias úteis antes da data da reunião que irá apreciar a referida ata.

Parágrafo único. As propostas de alteração de ata poderão ser apresentadas por e-mail ou fax.

Art. 3º As propostas de alteração de ata deverão ater-se à correção de posicionamento do interessado, quando ele não tenha sido adequadamente reproduzido.

Art. 4º A CTIL não analisará propostas de alteração de ata apresentadas em desacordo com os arts. 2º e 3º.

Art. 5º A Secretaria Executiva do CNRH deverá informar, aos membros da Câmara Técnica, as propostas de alteração de ata apresentadas em desacordo com o previsto no art. 3º.

§ 7º No decorrer da reunião da Câmara Técnica o Conselheiro ou seu representante legal poderá ser substituído por outro Conselheiro ou representante legal, indicado anteriormente, mediante justificativa acatada pela maioria dos membros da Câmara Técnica presentes à reunião.

**Art. 29.** As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por consenso ou pela votação da maioria dos membros presentes, incluindo o seu Presidente, a quem cabe o voto de desempate.

**Art. 30.** O Presidente da Câmara Técnica deverá relatar matérias ao Plenário ou designar um relator.

**Art. 31.** A ausência de membros de Câmara Técnica por três reuniões consecutivas, ou por seis alternadas, no decorrer de um mandato, implicará na exclusão da instituição por ele representada.

§ 1º A participação nas reuniões será registrada por meio de lista de presença.

§ 2º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, a substituição será feita observado o disposto no § 1º do art. 23 deste Regimento.

§ 3º A segunda ausência consecutiva ou a quinta alternada do membro da Câmara Técnica será comunicada pela Secretaria Executiva aos Conselheiros do segmento, alertando-os da consequência prevista no *caput* deste artigo.

**Art. 32.** A Câmara Técnica poderá estabelecer regras complementares para o seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria absoluta de seus membros e obedecido o disposto neste Regimento.

## **SEÇÃO V**

### **DOS GRUPOS DE TRABALHO**

**Art. 33.** O Plenário e as Câmaras Técnicas poderão criar Grupos de Trabalho, com caráter temporário, no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH, encarregado de analisar, estudar e apresentar proposta sobre matéria de competência da respectiva câmara.

**Art. 34.** O Grupo de Trabalho terá sua composição definida no ato de sua criação, devendo ser integrado por no mínimo três e no máximo cinco membros da Câmara Técnica a que estiver vinculado.

§ 1º Poderão integrar o Grupo de Trabalho, como convidados, em número máximo de cinco, quaisquer técnicos, especialistas ou interessados na matéria objeto de estudo.

§ 2º A Câmara Técnica designará, dentre os seus membros, o Coordenador para o Grupo de Trabalho.

§ 3º O Grupo de Trabalho indicará, dentre os seus integrantes, um responsável por elaborar o relatório final dos trabalhos.

§ 4º O Grupo de Trabalho terá vigência de até seis meses, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, mediante justificativa de seu Coordenador, a critério do Plenário ou da respectiva Câmara Técnica, de acordo com sua origem.

**Art. 35.** As reuniões dos Grupos de Trabalho serão convocadas pelo Presidente da Câmara Técnica, a pedido do seu Coordenador com, no mínimo, quinze dias de antecedência, observadas todas as demais regras prevista neste Regimento para convocação das reuniões de câmaras técnicas.

Parágrafo único. Os Grupos de Trabalho poderão reunir-se com câmaras técnicas ou grupos de trabalho de outros colegiados para a realização de discussão integrada de matérias de



interesse do CNRH e desses colegiados.

**Art. 36.** O Grupo de Trabalho reunir-se-á em sessão pública com presença de, no mínimo, três integrantes.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador do Grupo de Trabalho, quando da abertura da reunião, estabelecer os procedimentos para manifestação dos presentes.

**Art. 37.** O Coordenador do Grupo de Trabalho deverá informar, em todas as reuniões da Câmara Técnica que esteja vinculado, de forma escrita ou oral, o andamento das atividades desenvolvidas pelo grupo e os principais encaminhamentos realizados.

Parágrafo único. O Coordenador será advertido pelo Presidente da Câmara Técnica na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 38.** Ao final das suas atividades, o Grupo de Trabalho encaminhará relatório final para a Câmara Técnica a que esteja vinculado, assinado pelo seu Coordenador e pelo relator designado na forma do art. 34 deste Regimento, contendo os produtos elaborados e o parecer conclusivo sobre a matéria objeto de estudo.

## **SEÇÃO VI**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COLEGIADO**

**Art. 39.** Ao Presidente do CNRH incumbe:

- I- convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de qualidade;
- II- ordenar o uso da palavra durante as reuniões do Conselho;
- III- submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- IV- manter a ordem na condução dos trabalhos, suspendendo-os sempre que necessário e advertindo os Conselheiros que descumprirem as regras de conduta e participação da reunião;
- V- assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;
- VI- submeter à apreciação do Plenário o calendário de atividades e o relatório bi-anual das atividades do Conselho;
- VII- designar, mediante Portaria, os Conselheiros indicados por suas respectivas representações;
- VIII- assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- IX- assinar os termos de posse dos membros do Conselho;
- X- encaminhar ao Presidente da República as deliberações do Conselho cuja formalização dependa de ato do mesmo; e
- XI- zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias.

**Art. 40.** Ao Secretário Executivo incumbe:

- I- encaminhar à apreciação do Plenário assuntos relacionados a recursos hídricos que lhe forem encaminhados, ouvidas as respectivas Câmaras Técnicas, quando couber;

#### **EMENDA SUBSTITUTIVA – ONGs COPODEMFE**

I- Acatar e encaminhar à apreciação do Plenário assuntos relacionados a recursos hídricos que lhe forem encaminhadas, ouvidas as respectivas Câmaras Técnicas, quando couber;

II- informar o Plenário sobre o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

- III- submeter o relatório bi-anual de atividades do CNRH ao seu Presidente;
- IV- remeter matérias às Câmaras Técnicas;
- V- cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento e os encargos que lhe forem cometidos pelo Conselho;
- VI- prestar esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;
- VII- dar encaminhamento e fazer publicar as decisões emanadas do Plenário;
- VIII- adotar as providências necessárias ao pleno funcionamento do Conselho;
- IX- encaminhar documentos e prestar informações relacionadas com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- X- convocar as reuniões do Conselho, no impedimento do Presidente;
- XI- assinar, em conjunto com o Presidente, as deliberações do Conselho.
- XII- executar outras atribuições correlatas determinadas pelo Presidente do Conselho.

**Art. 41.** Ao Conselheiro cabe:

- I- comparecer às reuniões do Plenário;
- II- comunicar à Secretaria Executiva e ao seu Conselheiro Suplente sobre a sua impossibilidade de comparecer à reunião, no prazo máximo de dez dias, contados da convocação de reunião ordinária, e de três dias, contados da convocação de reunião extraordinária;
- III- debater a matéria em discussão;
- IV- requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo;
- V- pedir vista de matéria, ou retirar da pauta matéria de sua autoria, observando o disposto nos arts. 13 e 14 deste Regimento;

#### **EMENDA SUBSTITUTIVA – ONGs COPODEMFE**

IV- pedir vista de matéria, ou retirar da pauta matéria de qualquer autoria, observando o disposto no art. 15 e seus parágrafos;

- VI- apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
  - VII- participar das Câmaras Técnicas ou indicar formalmente seu representante;
  - VIII- propor à Secretaria Executiva matéria a ser apreciada pelo Conselho, acompanhada de minuta de deliberação e de justificativa fundamentada;
  - IX- propor questão de ordem nas reuniões plenárias;
  - X- observar, em suas manifestações, as regras básicas da convivência e de decoro, bem como o respeito à pauta das reuniões, às atribuições do CNRH e às regras de funcionamento do colegiado, previstas neste Regimento;
  - XI- delegar, a seu critério, o uso da palavra para manifestação em Plenário;
  - XII- apresentar prestação de contas, no caso de ser beneficiário do custeio das despesas de deslocamento e estada por recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente, em atendimento às normas vigentes para viagens realizadas no âmbito da Administração Pública Federal;
  - XIII- manter-se atualizado quanto as atividades desenvolvidas pelo CNRH, por meio das informações disponibilizadas no *site* do Conselho;
  - XIV- conhecer o teor deste Regimento e zelar pelo seu cumprimento.
- Parágrafo único. O Conselheiro Suplente terá direito de voz e, na ausência do Conselheiro



Titular, o direito de voto.

## SEÇÃO VII DA SECRETARIA EXECUTIVA

**Art. 42.** À Secretaria Executiva compete:

- I- prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- II- instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica; e
- III- elaborar seu Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho;
- IV- exercer as demais atribuições previstas neste Regimento.

### EMENDA SUBSTITUTIVA – ONGs COPODEMFE

IV - Acatar e encaminhar à apreciação das CTs assuntos relacionados a recursos hídricos que lhe forem encaminhados por cidadãos e demais membros do SINGRH.

**Art. 43.** Para o desempenho de suas competências legais relacionadas no art. 42 deste Regimento, cabe à Secretaria Executiva:

- I- elaborar a pauta das reuniões do Conselho e redigir suas atas;
- II- acompanhar e monitorar o processo de implementação dos Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União cuja proposta de instituição foi aprovada pelo Conselho;
- III- planejar e coordenar o processo de realização de assembléias para escolha dos representantes, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos setores usuários, das organizações civis de recursos hídricos e dos conselhos estaduais de recursos hídricos;
- IV- prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Plenário, às Câmaras Técnicas e aos Grupos de Trabalho;
- V- monitorar o cumprimento das deliberações do Conselho assim como a efetividade da implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a finalidade de elaboração do relatório bi-anual de atividades do Conselho, previsto no inciso III do art. 40 deste Regimento;
- VI- proceder à avaliação sistemática e ao planejamento de curto, médio e longo prazos das atividades do CNRH, submetendo-os ao Plenário para deliberação;
- VII- promover a integração dos temas discutidos no âmbito do CNRH, a partir das atividades previstas e em andamento nas Câmaras Técnicas;
- VIII- promover a integração dos temas com interface entre o CNRH e demais colegiados.;
- IX- designar, para cada câmara técnica, um servidor responsável por assessorá-la;
- X- promover, pelo menos uma vez ao ano, a realização de reunião de planejamento com os Presidentes das Câmaras Técnicas;
- XI- proceder à convocação das reuniões do Plenário, das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho do CNRH, por solicitação do respectivo Presidente ou do Secretário Executivo;
- XII- organizar e manter arquivo da documentação relativa às atividades do CNRH;
- XIII- instruir expedientes para publicação das deliberações emanadas pelo CNRH;
- XIV- encaminhar as deliberações do CNRH aos órgãos e entidades, públicas e privadas,

interessados;

XV- instruir matérias, por meio de processo, o qual retratará sua tramitação no CNRH.

#### **EMENDA ADITIVA – ONGs COPODEMFE**

IX – Promover a divulgação das suas atividades através de boletins e mídia escrita, diretamente aos Comitês de Bacias Hidrográficas e demais instâncias do SINGRH.

#### **EMENDA ADITIVA – ONGs COPODEMFE**

Parágrafo Único – Para complemento dos objetivos do item II artigo 43, caberá a Séc. Executiva elaborar e encaminhar ao plenário ou as câmaras técnicas relatório semestral com avaliação das atividades referentes a implantação de CBHs cujos processos de implantação foi aprovado pelo Conselho ou estão sob análise de seus técnicos.

### **CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 44.** O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do Plenário, com aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho.

**Art. 45.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados pelo Presidente, ouvido o Plenário.

~~**Art. 46.** A escolha dos representantes, titulares e suplentes, dos conselhos estaduais de recursos hídricos, dos segmentos de usuários e organizações civis, de que tratam os incisos VII, VIII e IX, do art. 4º deste Regimento, realizar-se-á no último semestre do triênio em exercício, cabendo a coordenação da assembléia, no caso dos dois últimos, aos respectivos representantes em exercício.~~

**Art. 467.** Os membros do CNRH que praticarem, em nome deste, atos contrários à Lei ou a disposições deste Regimento, responderão pessoalmente por eles.

**Art. 478.** As condutas de Conselheiros incompatíveis com suas funções, com as regras básicas de convivência e decore, ou que configurem flagrante desrespeito às regras constantes deste Regimento, sujeitam o infrator às seguintes sanções:

I- advertência verbal;

II- advertência escrita.

§ 1º A advertência verbal será aplicada pelo Presidente do CNRH, em sessão, ou pelo Presidente de Câmara Técnica, durante suas reuniões, e será registrada em ata.

§ 2º A advertência escrita será aplicada pelo Presidente do CNRH e publicada no site do CNRH, por provocação do ofendido ou por solicitação do Presidente de Câmara Técnica, nos casos de reincidência, garantido o direito de defesa prévia.